**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL SOB A ÓTICA DA ESCALA HUMANA NAS ZONAS TURÍSTICAS – BAHIA**

Aychá Freitas Santos[[1]](#footnote-1)

aychafreitas@gmail.com

Leonardo Batista Duarte[[2]](#footnote-2)

lbduartee@gmail.com

**RESUMO**

Muitas abordagens de desenvolvimento foram analisadas na literatura acadêmica, em especial a abordagem do desenvolvimento vinculada a concepção econômica, o qual foi ao longo dos anos, principalmente nos anos 1980, dando espaço para uma abordagem de desenvolvimento mais social, com temáticas abrangendo as políticas públicas direcionadas a educação, saúde, moradia, saneamento, lazer etc. Neste novo cenário de desenvolvimento, com características sociais, é que surgem autores buscando analisar a satisfação das necessidades humanas básicas. Para fins de estudo, utilizou-se a abordagem sobre Escala Humana de Max-Neef (1994) como fator crucial no estudo sobre as políticas públicas vinculadas ao setor turístico no Estado da Bahia. Diante do exposto, a pesquisa tem como objetivo geral propor uma estrutura analítica para avaliação das políticas públicas do turismo, enquanto agente de promoção do desenvolvimento local, sob a ótica da Escala Humana. A opção metodológica se valerá da avaliação de indicadores sociais e econômicos associados ao conceito da escala humana. Os resultados encontrados demonstraram que as Políticas Públicas do Turismo precisam investir mais nas Zonas Turísticas mais afastadas do litoral baiano.

**Palavras-chave**: Escala Humana. Políticas Públicas. Turismo.

**1 INTRODUÇÃO**

A partir dos anos 1980, o desenvolvimento começou a ser analisado como um processo de transformação social (Alves, 2008) onde o sucesso para a promoção do desenvolvimento local passa a ser encarado como resultado da articulação dos agentes (sociais, políticos, econômicos, culturais, públicos ou privados) que propiciem a equidade, qualidade de vida e bem-estar social (Zapata, 2004).

Nesse contexto, destaca-se o trabalho de Max-Neef (1994) que propõe uma abordagem do desenvolvimento sob o viés social, tendo o indivíduo como foco principal de ação, propondo que o desenvolvimento seja encarado sob uma escala humanista.

Associado a este cenário, o turismo começou a ter destaque no cenário econômico brasileiro como forte dinamizador para o desenvolvimento local ou regional (Silva, 2004). Como uma das formas de valorização dessa atividade econômica, o setor turístico apresentou uma política pública específica, denominada Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), com ênfase maior para a Região Nordeste, visando associar a esta atividade, melhores condições para a promoção do desenvolvimento local.

Considerando-se a importância teórica do enfoque da escala humana do desenvolvimento, e da necessidade em verificar o processo da eficácia de políticas públicas do turismo, o presente estudo busca propor uma estrutura analítica para avaliação das políticas públicas do turismo, enquanto agente de promoção do desenvolvimento local, sob a ótica da Escala Humana.

Dessa forma, o estudo questiona: como as políticas públicas de turismo podem contribuir para a promoção do desenvolvimento local segundo a ótica da Escala Humana? Nesse sentido, o pressuposto adotado é de que as políticas públicas destinadas ao turismo podem promover o desenvolvimento local quando os cidadãos puderem satisfazer suas necessidades sociais e econômicas. Para tanto, este estudo traz como centro focal de suas atividades o estado da Bahia, considerando a importância do turismo no cenário econômico baiano associado às vantagens comparativas que o estado apresenta.

Sendo assim, este artigo está organizado em seções. Nesta primeira tem-se a introdução. Na segunda seção é feito um panorama do tema Escala Humana e o Desenvolvimento Local. Na terceira seção é descrita os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa e uma análise nas Zonas Turísticas do estado da Bahia. Por fim, registram-se as conclusões.

**2 ESCALA HUMANA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

 Alguns estudos nacionais e internacionais já apontam a teoria da escala humana como sendo o primordial para o desenvolvimento local. Destacam-se no âmbito nacional, as obras de Santos (2000) “Por uma outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal”; Coriolano (2003) “Os limites do desenvolvimento e do Turismo”; Dowbor (2008) com “Democracia econômica: alternativas de gestão social”. Já no cenário internacional tem-se a obra do chileno Max-Neef (1994) “Desarrollo a escala humana – conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones”; Hevia (2003) “Desarrollo Humano y Ética para la Sustentabilidad”, etc.

 O desenvolvimento na escala humana rompe com os paradigmas da economia ortodoxa quando propõe um desenvolvimento voltado para a qualidade de vida das pessoas, ou seja, quando todos os indivíduos satisfazem suas necessidades básicas. Este conceito foi desenvolvido pelo Centro de Alternativas de Desarrollo (CEPAUR), no Chile e pela Fundação Dag Hammarskjold, na Suécia, em 1986, em especial por Manfred Max-Neef e apoio de Antonio Elizalde Hevia e Martín Hoppenhayn (González, 2009).

 Para Max-Neef (1994) as necessidades humanas são as mesmas em qualquer tempo e cultura, o que modifica são os modos empregados na sua forma de satisfação e os recursos utilizados para alcançar suas necessidades. Este autor propôs um sistema de matriz das necessidades fundamentais aplicadas aos países europeus e latino-americanos. A matriz traz a relação das necessidades humanas em duas categorias: axiológicas (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade) e existenciais (ser, estar, fazer e ter) e quando relacionados percebe-se os “satisfatores” que são os meios de atender as necessidades. Vale frisar a importância desses “satisfatores” para o desenvolvimento local, pois quando a necessidade humana não é satisfeita de maneira adequada, pode produzir patologias coletivas como desemprego, a marginalidade, entre outras (Max-Neef, 1994).

 Os “satisfatores” para Alkire (2002) são denominados como “ingredientes para a qualidade de vida”. Este autor traz as contribuições dos seguintes autores: Martha Nussbaum que resgata as dimensões (vida, saúde, interação, etc.), Deepa Narayan *et al*. com as dimensões (bem-estar material e social, segurança, liberdade de escolha e ação; bem-estar psicológico.), Doyal e Gough abordam as dimensões (comida, água, casa protegida, trabalho, ambiente físico, cuidado de saúde, segurança na infância, relações primárias significantes, segurança física, segurança econômica, controle de nascimento seguro, educação básica.) (Alkire, 2002).

 Vale frisar que estes “satisfatores” denominados por Max-Neef (1994) também são encontrados com outra nomenclatura na obra dos economistas Musgrave & Musgrave (1980), o qual analisa a teoria e a prática das finanças públicas e a relação das três funções econômicas (alocativa, distributiva e estabilizadora) que o Estado apresenta. Para Musgrave & Musgrave (1980) os “satisfatores” na função alocativa são considerados como bens públicos (segurança, saneamento, etc) e semipúblicos (educação, saúde, desenvolvimento, etc), estes “satisfatores” destinam-se as necessidades básicas da população. Neste aspecto, o presente estudo identifica que os "satisfatores" de Max-Neef (1994) juntamente com as abordagens destes autores citados anteriormente podem ser relevantes para a criação das dimensões e dos indicadores voltados para as políticas públicas do turismo sob o enfoque da escala humana.

 As necessidades (“satisfatores”) encontradas na literatura destes autores citados foram: emprego, renda, educação, saúde, saneamento e desenvolvimento. Já os indicadores que mais se identificavam com os “satisfatores” propostos foram: Emprego formal nas Atividades Características do Turismo (ACTs); Número de estabelecimentos turísticos; Renda média mensal do trabalhador formal; Taxa de analfabetismo; Número de matrículas iniciais; Número de estabelecimentos de ensino; Número de leitos hospitalares; Cobertura de água nos domicílios; Cobertura de esgoto nos domicílios; Coleta de lixo nos domicílios; Índice de Qualidade de Vida (IQV); Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). A partir destes indicadores foi possível identificar as dimensões, a saber: Empregabilidade; Renda; Educação; Saúde; Saneamento; Qualidade de Vida.

**3 METODOLOGIA**

 Optou-se por mesclar diferentes estratégias de pesquisa: i) identificação dos principais aspectos que Max-Neef e outros autores, voltados para esta abordagem da “Escala Humana”, consideram como importante para a qualidade de vida das pessoas; ii) identificação dos dados secundários, associados direta ou indiretamente a atividade do turismo, obtidos nos bancos de dados do governo federal e do Estado da Bahia: PRODETUR, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério da Saúde: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

 A organização dos dados coletados se deu através de cada dimensão (empregabilidade, renda, educação, saúde, saneamento, qualidade de vida) e dos respectivos indicadores (emprego formal nas ACTs; número de estabelecimentos turísticos; renda média mensal do trabalhador formal; taxa de analfabetismo; número de matrículas iniciais; número de estabelecimentos de ensino; número de leitos hospitalares; cobertura de água nos domicílios; cobertura de esgoto nos domicílios; coleta de lixo nos domicílios; IQV; IDHM.), os quais foram criados a partir da literatura dos autores Musgrave & Musgrave (1980), Max-Neef (1994) e Alkire (2002). Para discussão e análise destes dados foi realizado um ranking com os 154 municípios baianos pertencentes exclusivamente as 13 Zonas Turísticas, nos anos 2000 e 2010 (ver figura 01).

**Figura 01 – Mapa das 13 Zonas Turísticas do Estado da Bahia**



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do Ministério do Turismo.

3.1 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL SOB A ÓTICA DA ESCALA HUMANA NAS ZT’S – BAHIA

 Dimensão Empregabilidade: No ano 2000 foram gerados nos 154 municípios das 13 Zonas Turísticas do Estado da Bahia um total de 44.067 empregos formais com ACT’s. Já no ano 2010 este número de empregos formais passou para 83.698. Vale frisar, no entanto, que a análise do crescimento do nível de empregados no setor de turismo, não pode ser unilateralmente associada a uma política setorial “haja vista que o nível de emprego na atividade turística é condicionado, não apenas ao próprio nível de desenvolvimento da atividade, mas também a aspectos como a sazonalidade e, sobretudo, a questões de caráter macroeconômico” (Matias, 2008, p.129-130). Em relação ao município que apresentou maior número de empregos formais com ACT’s em 2000 e 2010 foi Salvador com respectivamente 28.157 e 38.170 empregos formais.

 Quanto aos segmentos das ACT’s o que mais cresceu em relação ao estado da Bahia nos anos 2000 e 2010 foi o segmento de alimentação, com 48,61% e 47,73% respectivamente. Vale frisar que esse crescimento do segmento de alimentação limita a análise do turismo, pois este segmento não é considerado exclusivamente da atividade turística, apesar de ser bastante relacionado.

 Com relação ao número de estabelecimento turísticos, em 2000 foram criados 4.801 estabelecimentos turísticos e em 2010 este número alcançou a marca de 9.297 estabelecimentos turísticos nas 13 Zonas Turísticas baiana. A distribuição desses estabelecimentos turísticos, está concentrada na Zona Turística Baía de Todos os Santos com 55,78% e 42,77% dos estabelecimentos, no período 2000 e 2010, respectivamente. Resultado semelhante foi também observado para o indicador “número de emprego formal nas ACT’s”, enfatizando assim que as políticas públicas do turismo, principalmente PRODETUR/NE, continuam beneficiando a Zona Baía de Todos os Santos e seus respectivos municípios. Quando analisado os municípios isoladamente, foi possível notar que tanto no ano 2000 quanto no ano 2010 o município de Salvador ocupou a primeira posição no número de estabelecimentos turísticos.

 Nota-se, no entanto, que tanto o indicador de “número de empregos formais nas ACT’s” quanto o indicador “número de estabelecimentos turísticos” apresentam uma realidade diferente dos objetivos do Programa de Desenvolvimento do Turismo na Bahia. Os indicadores foram essenciais para observar que a Política Pública adotada pelo PRODETUR/BA ainda não se tornou efetiva, já que não houve de fato uma melhoria significativa dos municípios de pequeno porte, contemplando com investimentos os municípios que já possuem outras atividades econômicas de maior relevância para o crescimento do Estado, principalmente os municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Salvador, além dos municípios que estão próximos ao litoral.

 De maneira global, sob o foco analítico das políticas públicas, os resultados dessa dimensão analítica, sugerem que as políticas públicas voltadas para o turismo ainda se apresentam presas a hierarquia conhecida como top-down (de cima para baixo) onde o Estado com suas estratégias políticas investe no crescimento das localidades que já possuem outros atrativos para o crescimento e desenvolvimento - principalmente na área litorânea -, deixando os municípios de pequeno/médio porte em precárias condições de desigualdade.

 Dimensão Renda: No que concerne aos rendimentos mensais oriundos dos empregos formais das atividades características do turismo, verificou-se que a renda média mensal do trabalhador formal nos municípios baianos das 13 Zonas Turísticas foi de R$ 176,00 no ano 2000 e no ano 2010 a renda média mensal nos municípios das Zonas Turísticas foi de R$ 510,00. Percebe-se uma grande valorização da renda nos municípios da Bahia que possuem o turismo como atividade crucial para a economia, pois se comparado com o salário-mínimo no período de 2000 e 2010, R$ 151,00 e R$ 510,00 respectivamente, observa-se que o setor do turismo ficou acima desse parâmetro no ano 2000 e no ano 2010 obteve o mesmo valor.

 Os municípios considerados de pequeno e médio porte foram os mais beneficiados com as atividades características do turismo. No ano de 2000 o município com maior rendimento médio mensal foi Castro Alves (R$ 674,00), inserido na Zona Turística Caminhos do Jiquiriçá e no ano 2010 o município que ocupou o primeiro lugar foi Una (R$ 1.307,00), inserido na Zona Turística Costa do Cacau.

 Dimensão Educação: A análise mostra nos 154 municípios das 13 Zonas Turísticas da Bahia, no ano 2000, uma variação entre 5,7% e 46,4% analfabetos. Esta faixa foi reduzida no ano 2010 para valores entre 3,9% a 39,1% de analfabetos. O município com maior taxa de analfabetos em 2000 foi Maraú com 46,4%, e o município com menor taxa de analfabetos no mesmo ano foi Salvador com 5,7%. Em 2010 o município com maior taxa foi Itapicuru com 39,1% e o município de Salvador manteve-se como o de menor taxa de analfabetismo, com 3,9% de analfabetos. Nota-se, portanto, uma redução de analfabetos nos 154 municípios, possivelmente fruto de políticas públicas específicas desenvolvidas pelos Governo Federal e Estadual no período de estudo nos anos 2000 e 2010. Políticas específicas como o Programa Estadual Todos Pela Educação (TOPA), dentre outras.

 O PRODETUR/BA é uma das políticas públicas que tem como diretriz alavancar a educação nos municípios baianos que são considerados atrativos turísticos. Entretanto, não se pode deixar de considerar, que neste mesmo período (2000/2010) houve melhora na geração de renda dos trabalhadores associados ao turismo, que por sua vez, sugerem maior disponibilidade para conseguir acesso e manutenção as estruturas de ensino, associadas a essas políticas.

 A Zona Turística com maior número de matrículas iniciais no período 2000/2010 foi a Baía de Todos os Santos, com 32,82% e 28,81% respectivamente. Já a Zona com menor número de matrículas iniciais no período 2000/2010 e que obteve a mesma porcentagem foi Lagos e Cânions de São Francisco, com 1,88%. Esses dados evidenciam uma tendência já observada nas outras dimensões, de maior acesso a políticas públicas a localidades mais populosas. Quando analisado os municípios baianos separadamente percebe-se que Salvador lidera a lista no ano 2000 e no ano 2010, com 761.965 e 548.485 matrículas respectivamente.

 O número de matrículas inicias segue o mesmo comportamento observado para os indicadores referentes às matrículas. O município com maior número de estabelecimento de ensino nos anos 2000 e 2010 foi Salvador, com respectivamente 2.006 e 2071 estabelecimentos de ensino. Já o município que obteve menor número de estabelecimentos de ensino nas 13 Zonas Turísticas em 2000 foi Rodelas, com apenas 16 estabelecimentos e em 2010 o município com menor número de estabelecimento foi Dom Macedo Costa com apenas 15 estabelecimentos, o mesmo município com menor número de matrículas iniciais no período de 2000/2010. Os indicadores aqui analisados foram capazes de avaliar que há ainda uma carência quanto ao número de pessoas analfabetas, principalmente no interior da Bahia, o que pode dificultar na geração de empregos relacionados as atividades características do turismo.

 Dimensão Saúde: Quando avaliado o número total de leitos hospitalares nos 131 municípios baianos, no período 2000/2010, verificou-se um aumento absoluto de 20.870 para 21.100 leitos hospitalares, respectivamente. Verifica-se que a Zona Turística com maior quantidade de leitos hospitalares, nos anos 2000 e 2010, é a Zona Baía de Todos os Santos, com 40,41% e 40,84% respectivamente. Quando analisado os municípios baianos individualmente, notou-se que o município com maior número de leitos hospitalares, no ano 2000 e 2010, foi o município de Salvador, com 7.451 e 7.799 leitos respectivamente. Quando verificado os municípios com menor número de leitos hospitalares no período 2000/2010, em 2000 o município de Saubara com 8 leitos hospitalares foi o que apresentou o menor número de leitos e em 2010, este status ficou para o município de Candeal com 3 leitos hospitalares.

 Esses resultados relacionados a disponibilização de leitos hospitalares, sugerem uma fragilidade dos equipamentos de saúde tanto para a população residente quanto para os visitantes/turistas, para quem esses equipamentos devem ser considerados. Neste contexto vale frisar, que as ideias de Max-Neef (1994) sobre o Desenvolvimento na Escala Humana, consideram além da infraestrutura básica eficazes (escolas, postos de saúde, saneamento, etc), uma qualidade melhor no atendimento ás necessidades públicas, dentre elas, neste caso: o acesso a saúde. A dimensão saúde também é essencial para o turismo pois quando o município apresenta alto índice de doentes, este município deixa de ser apreciado pelos turistas.

 Dimensão Saneamento: Com relação a estrutura de saneamento básico, nas zonas turísticas estudadas, existiam em 2000 1.526.847 milhões de domicílios com água canalizada, e em 2010 este número aumentou para 2.419.368 milhões representando um crescimento na ordem de 58,46% no período. A Zona Turística com maior sistema de abastecimento de água por rede geral nos domicílios, no período 2000/2010 foi Baía de Todos os Santos, com 45,91% (700.928 domicílios) e 40,11% (970.325 domicílios) respectivamente. Este grande resultado encontrado na Zona Baía de Todos os Santos só foi possível, devido aos investimentos realizados para o setor de saneamento (Bahia, 2003).

 Quando analisado os 154 municípios separadamente, pôde-se verificar que o município de Salvador cresceu no número de domicílios com cobertura de água canalizada por rede geral. Segundo Bahia (2003) o município de Salvador possuía em 2000 um total de 651.293 domicílios, sendo 628.854 domicílios contemplados com cobertura de água canalizada rede geral, o qual corresponde mais de 95% da população com atendimento ao sistema da rede geral de abastecimento. O município que possui menor cobertura de água canalizada rede geral no período 2000/2010 foi Dom Macedo Costa, com respectivamente 308 e 1.063 domicílios com água canalizada rede geral. Esses dados, sugerem o fortalecimento da tendência observada neste estudo, da concentração de benefícios provenientes de políticas públicas, nas áreas com maior concentração populacional.

 Mesmo comportamento foi observado aos dados relativos a coleta de esgoto, que demonstram haver em 2000 847.434 mil domicílios com cobertura de esgoto rede geral, nos 154 municípios pertencentes as 13 Zonas Turísticas do Estado da Bahia. Já em 2010 houve um aumento percentualmente expressivo de domicílios com cobertura de esgoto rede geral, passando a ter 2.755.843 milhões de domicílios nas 13 Zonas Turísticas da Bahia, representando um crescimento de 225,2%. Trata-se de um crescimento bem superior ao observado no mesmo período para o abastecimento de água nos domicílios. A Zona Turística com maior cobertura de esgotamento sanitário na modalidade rede geral, no período 2000/2010, foi a Zona Baía de Todos os Santos, com 61,09% domicílios e 30,33% domicílios respectivamente.

 Atenta-se para o fato de que muitos municípios, em 2000, com situações precárias no sistema de esgotamento sanitário foram da Zona Turística Chapada Diamantina, Baía de Todos os Santos, Caminhos do Jiquiriçá, Caminhos do Oeste, Caminhos do Sertão e Costa dos Coqueiros. Em 2010 os municípios com situações precárias no sistema de esgotamento sanitário foram das Zonas: Caminhos do Jiquiriçá, Caminhos do Sertão, Chapada Diamantina e Costa dos Coqueiros. Nota-se a partir do indicador “cobertura de esgoto rede geral” que os municípios baianos das Zonas Turísticas possuíam no período 2000/2010 uma deficiência ainda grande no sistema de esgotamento sanitário em relação ao sistema de abastecimento de água, principalmente os municípios considerados de pequeno porte.

 No ano 2000 existia o total de 1.151.811 domicílios com cobertura de coleta de lixo por serviço de limpeza, já em 2010 houve um aumento expressivo para 1.717.052 domicílios com cobertura de coleta de lixo por serviço de limpeza. A Zona Turística Baía de Todos os Santos é a que possui maior cobertura de coleta de lixo por serviço de limpeza no período 2000/2010, com respectivamente 42,28% domicílios e 35,56% domicílios, respectivamente. A Zona Turística Baía de Todos os Santos foi a mais contemplada com investimentos na área de Saneamento, isto porque os Governos Federal e Estadual implantaram o Programa Baía Azul na Zona Turística (BAHIA, 2011). Já a Zona Turística com menor quantidade de domicílios que apresentam a coleta de lixo por serviço de limpeza em 2000 foi a Costa do Dendê com 1,46% e em 2010 a Zona Turística que ocupou a última posição foi Lagos e Cânions do São Francisco com 1,93%. Em relação ao município com maior cobertura de coleta de lixo por serviço de limpeza, no período 2000/2010 foi Salvador com respectivamente 436.868 domicílios e 525.923 domicílios. Também é relevante apontar que a análise destes indicadores apresentados na dimensão saneamento, torna-se importante para o desenvolvimento local sob o enfoque da escala humana. Quando a infraestrutura pública é adequada, o setor turístico pode alavancar na localidade possibilitando o desenvolvimento.

 Dimensão Qualidade de Vida: Dos 154 municípios baianos, indutores do turismo, pertencentes as 13 Zonas Turísticas possuíam uma variação, em 2000, de 16,25 a 31,78 de IQV e em 2010 esta variação foi de 21,66 a 33,19 de IQV. O município de Salvador foi o que teve maior IQV no período 2000/2010, com respectivamente, 31,78 e 33,19. Quando observado os municípios com menores índices de qualidade de vida, nota-se que o município Itapicuru é o que possui menor IQV tanto no ano 2000 quanto no ano 2010, com respectivamente, 16,25 e 21,66. As Zonas Turísticas dos municípios com maiores IQV foram: Baía de Todos os Santos, Caminhos do Oeste, Caminhos do Sertão, Caminhos do Sudoeste, Chapada Diamantina, Costa do Cacau e Costa dos Coqueiros, ou seja, das 13 Zonas Turísticas, 7 Zonas Turísticas apresentam municípios com maior IQV no período 2000/2010.

 Com relação ao IDH-M no ano de 2000, foi observada uma variação nos municípios indutores do turismo na Bahia de 0,283% a 0,654%, correspondente a faixas de classificação PNUD, entre “muito baixo” a “médio”. Já no ano 2010, houve uma melhora no espectro desta variação. Neste ano a variação foi de 0,486% a 0,759%, classificando-se como “muito baixo” a “alto”. Quando verificado os municípios com maiores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal, notou-se que o município de Salvador no período 2000/2010 obteve o maior IDH-M entre os municípios pertencentes as 13 Zonas Turísticas da Bahia, com respectivamente, 0,654% e 0,759%. Atenta-se para que o IDH-M do município de Salvador, no período 2000/2010, estava acima do IDH do Estado da Bahia (0,512% e 0,660%) e do Brasil (0,612% e 0,727%). Os indicadores utilizados na dimensão qualidade de vida foram essenciais para compreender que os municípios só desenvolvem quando as necessidades básicas são atendidas.

**4 CONCLUSÃO**

O objetivo deste artigo foi propor uma estrutura analítica para avaliação das políticas públicas do turismo, enquanto agente de promoção do desenvolvimento local, sob a ótica da Escala Humana. Vale frisar que as dimensões: empregabilidade e renda, estão diretamente relacionados com as políticas públicas do turismo, e que a presença das dimensões da educação, saúde, saneamento e qualidade de vida tornam-se essenciais para a avaliação das políticas públicas sob o enfoque do desenvolvimento local pela lente da Escala Humana e também se mostram relacionadas, as atividades turísticas, seja como reflexo do aumento da renda proporcionada por esta atividade, ou pelo suporte a estrutura capaz de absorver os turistas ou de garantir a força de trabalho local. As políticas públicas podem contribuir para a promoção do desenvolvimento local, sob o enfoque da Escala Humana, quando atender as necessidades básicas do cidadão, ou seja, quando os cidadãos forem assistidos efetivamente nos setores da saúde, do saneamento básico, da educação, etc. Dessa forma, avaliar as políticas públicas a partir do embasamento teórico de Max-Neef (1994) sobre a Escala Humana, assim como da matriz das necessidades básicas e seus “satisfatores”, torna-se uma das alternativas para a análise do desenvolvimento local.

**REFERÊNCIAS**

ALKIRE, Sabina. **Dimensions of Human Development.** World Development, 30 (2), 2002. p. 181-205.

ALVES, Jorge Amaro Bastos. **O Turismo como fator de contribuição para o Desenvolvimento Local: Uma Análise do Planejamento Municipal de Piraquara – Paraná**. Monografia. Curso de Especialização em Planejamento e Gestão do Turismo, Departamento de Turismo, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2008.

BAHIA. Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. PDITS- Salvador e Entorno.** Bahia, Brasil, 2003.

CORIOLANO, Luzia Neide. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. ISSN 1695-7121. Vol. 1 Nº 2 págs. 161-171. 2003.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica: alternativas de gestão social**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. 214 p.

GONZÁLEZ, Geraldo Brown. **Desarrollo a escala humana.** 2009.

HEVIA, Antonio Elizalde. **Desarrollo Humano y Ética para la Sustentabilidad.** 2003. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente - PNUMA - Oficina Regional para América Latina y el Caribe.

MATIAS, Karla Cristinne de Oliveira. Políticas públicas para geração de empregos: considerações sobre o PROGER Turismo. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPB, 2008.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a escala humana – conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones.** Barcelona: Icaria Editorial. 1994. 148p.

MUSGRAVE, R.A; MUSGRAVE, P. B. Finanças Públicas: Teoria e Prática. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1980, 673 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização. Do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro Record, 2000.

SILVA, Jorge Antônio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster.** Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes/USP,2004. 480 f. v. 1 e v.2.

ZAPATA, Tânia; *ET AL*. **Gestão participativa para o desenvolvimento local.** Recife: Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano, 2004.

1. Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas – UESC; Especialista em Urbanismo e Especialista em Arquitetura e Cidades – Faculdade Anhanguera. Urbanista – UNEB. [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestre em Economia Regional e Políticas Públicas – UESC; Especialista em Gestão Pública – FTC, Especialista em Gestão Pública Municipal – UESC e Especialista em Planejamento de Cidades – UESC. Urbanista - UNEB. [↑](#footnote-ref-2)